

A Valoração do Dano Corporal

AO ABRIGO DA PORTARIA N.º 377/2008 DE 26 DE MAIO,
ALTERADA PELA PORTARIA N.º 679/2009 DE 25 DE JUNHO

2017 • 3ª Edição



Cátia Marisa Gaspar

Advogada

Maria Manuela Ramalho Sousa Chichorro

Advogada e Mestre em Direito

A VALORAÇÃO DO DANO CORPORAL

AUTORAS

Cátia Marisa Gaspar

Maria Manuela Ramalho Sousa Chichorro

1ª Edição: Julho, 2012

EDITOR

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

Rua Fernandes Tomás, n.ºs 76-80

3000-167 Coimbra

Tel.: 239 851 904 · Fax: 239 851 901

www.almедina.net · editora@almедina.net

DESIGN DE CAPA

FBA.

PRÉ-IMPRESSÃO

EDIÇÕES ALMEDINA, SA

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

Vasp - DPS

Julho, 2017

DEPÓSITO LEGAL

429518/17

Os dados e as opiniões inseridos na presente publicação são da exclusiva res-ponsabilidade do(s) seu(s) autor(es).

Toda a reprodução desta obra, por fotocópia ou outro qualquer processo, sem prévia autorização escrita do Editor, é ilícita e passível de procedimento judicial contra o infrator.



ALMEDINA

GRUPOALMEDINA

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL - CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
GASPAR, Cátia Marisa, e outro

A valoração do dano corporal : ao abrigo da portaria

n.º 377-2008 de 26 de maio, alterada pela portaria

n.º 679-2009 de 25 de junho / Cátia Marisa

Gaspar, Maria Manuela Ramalho Sousa

Chichorro. - 3ª ed. - (Guias práticos)

ISBN 978-972-40-7066-7

I - CHICHORRO, Maria Manuela Ramalho Sousa

CDU 347

ÍNDICE

Nota de Autor	5
Nota de Autor à 2ª Edição	7
Nota de Autor à 3ª Edição	9
1. Introdução	11
1.1. Enquadramento	11
1.2. Sistematização	12
1.3. Fontes	13
1.4. Aplicação da Lei no Tempo	13
2. O Dano Corporal: Conceito e Caracterização	14
2.1. A Perspetiva Médica	14
2.2. A Perspetiva Jurídica	14
2.3. O Dano Corporal como Dano Pessoal	14
2.4. O Conceito Tridimensional do Dano: Lesão, Função e Situação	15
2.5. O Dano Corporal – Um Tertium Genus do Dano	15
3. A Necessidade de Avaliação e o Método	16
4. Os Parâmetros da Avaliação Médico-Legal	17
5. As Alterações Introduzidas pela Portaria ao Regime Vigente	19
5.1. Considerações Gerais	23
6. A Avaliação em Caso de Morte	24
6.1. O Dano à Vida	24
6.2. Os Danos Patrimoniais Emergentes	25
6.3. Os Danos Patrimoniais Futuros	27
6.4. Os Danos Não Patrimoniais	32
6.4.1. Da Vítima	32
6.4.2. Dos Herdeiros	32
6.5. Exercícios Práticos	36

7. A Avaliação em Caso de Incapacidade Permanente	40
7.1. O Dano Biológico	40
7.2. Os Danos Patrimoniais Emergentes	41
7.3. Os Danos Patrimoniais Futuros	41
7.4. Os Danos Morais	43
7.4.1. O Internamento Hospitalar	43
7.4.2. O Dano Estético	43
7.4.3. O Quantum Doloris	43
7.4.4. A Incapacidade Permanente Parcial	44
7.4.5. A Incapacidade Permanente Absoluta	44
8. Na Jurisprudência	48
9. Vantagens do Novo Sistema de Avaliação do Dano Corporal	49
10. Desvantagens do Novo Sistema de Avaliação do Dano Corporal	51
11. Conclusões	52
12. Quadros-Resumo	52
13. Glossário	54
14. Sumários De Acórdãos	57
14.1. Acórdão do Tribunal Constitucional	57
14.2. Sumários de Acórdãos do Supremo Tribunal de Justiça	71
14.3. Sumários de Acórdãos do Tribunal da Relação de Lisboa	118
14.4. Sumários de Acórdãos do Tribunal da Relação de Coimbra	130
14.5. Sumários de Acórdãos do Tribunal da Relação do Porto	152
14.6. Sumários de Acórdãos do Tribunal da Relação de Guimarães	171
14.7. Sumários de Acórdão do Tribunal da Relação de Évora	180
15. Legislação	202
15.1. Decreto-lei nº 291/2007, de 21 de Agosto	203
15.2. Decreto-lei nº 352/2007, de 23 de Outubro	253
15.3. Portaria nº 377/2008, de 26 de Maio	296
15.4. Portaria nº 679/2009, de 25 de Junho	308
16. Relatório de Perícia Médico-Legal	316
17. Minuta de Proposta Razoável	322
18. Bibliografia	323
19. Netgrafia	323
Índice	325